

04 DEZ 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# Quatro candidatos disputam hoje a presidência do TJ de São Paulo

### CNJ impediu o desembargador Ivan Sartori de tentar a reeleição

Os desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo elegem hoje os novos presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça para o biênio 2014/2015.

O primeiro turno será realizado das 9h ao meio-dia. Caso nenhum dos candidatos alcance maioria absoluta dos votos, haverá um segundo escrutínio, das 13h30 às 15h30.

Todos os desembargadores votam. Atualmente, a corte conta com 356 membros.

Como o processo é feito em urna eletrônica, o resultado deve sair logo após a votação.

Disputam a presidência do tribunal João Carlos Saletti, José Renato Nalini, Vanderci Álvares e Paulo Dimas de Bellis Mascaretti.

Nalini é um nome conhecido dentro da corte, já que é o atual corregedor-geral da Justiça. Formado em direito pela PUC-Campinas, exerce a magistratura desde 1976 e ingressou no TJ-SP em 2004.

Outro candidato com certa notoriedade é Paulo Dimas de Bellis Mascaretti. Ele é membro da 8ª Câmara de direito público e ganhou visibilidade por ter sido presidente da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados) no biênio 2010/2011.

Já Saletti preside a 10ª Câmara de direito privado. É bacharel em direito pela USP e especialista em direito civil.

Álvares, que é formado em direito pela ITE Bauru, integra a 25ª Câmara de direito privado e coordena um núcleo de solução de conflitos.

A votação ocorre após a polêmica sobre a possível reeleição do presidente, Ivan Sartori, que foi impedido de se candidatar pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

A um dia do fim do prazo para o registro de candidaturas, o conselheiro Fabiano Silveira concedeu liminar impedindo a inscrição de Sartori.

Silveira embasou sua decisão no artigo 102 da Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), que proíbe a possibilidade de reeleição de presidentes de tribunais.

Já a vice-presidência da corte é disputada por José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino, Antonio Carlos Malheiros e Eros Piceli.

São candidatos ao cargo de corregedor-geral da Justiça Hamilton Elliot Akel, Luis Antonio Ganzerla e Armando Sérgio Prado de Toledo.

Ainda na votação de hoje, os membros do TJ-SP escolherão os presidentes das seções de direito criminal, privado e público (votam apenas os membros de cada seção) e a diretoria da EPM (Escola Paulista da Magistratura).

04 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Tribunal manda SP refazer ação contra cartel

Desembargadores dizem que é preciso incluir os valores dos contratos e todas as empresas suspeitas de conluio

**Procuradoria de Alckmin afirma que vai seguir decisão e refazer pedido de ressarcimento**

MARIO CESAR CARVALHO  
JOSÉ ERNESTO CREDENDO  
DE SÃO PAULO

O governo de São Paulo sofreu ontem uma nova derrota jurídica na ação que move contra a Siemens com o objetivo de recuperar valores que teriam sido superfaturados em contratos com o Metrô e a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), entre 1998 e 2008, pelo menos.

O Tribunal de Justiça rejeitou recurso no qual a Procuradoria do governador Geraldo Alckmin (PSDB) tentava manter a ação exclusivamente contra a Siemens — e não contra todas as empresas que agiram como cartel.

A Procuradoria de Alckmin também defendia que não era preciso descrever quais foram os contratos que foram alvo de conluio entre as empresas nem os valores. Esses dados, segundo o governo, dependem de uma investigação que está em curso.

O desembargador Oscild de Lima Jr., relator do recurso, disse que não era possível aceitar ação de ressarcimento sem os valores dos contratos e que não é possível falar em cartel sem citar todas as empresas envolvidas.

“É necessário que se aponte com detalhes quais os contratos em que ocorreram su-

perfundamento e seus valores, mesmo que aproximados”, disse no julgamento.

Só assim seria possível calcular o valor que as empresas devem devolver ao Estado, segundo Lima Jr.

De acordo com ele, “é necessário trazer aos autos as demais empresas que teriam participado [do cartel], para que também sejam condenadas ao ressarcimento”.

Dois desembargadores votaram assim. Um terceiro, Aroldo Viott, defendeu que nem caberia discutir o recurso em questão.

O governo tentava mudar decisão da Justiça de primeira instância, da juíza Celina Kiyomi Toyoshima, segundo a qual a ação deveria ser reescrita com os valores de todos os contratos e todas as empresas do cartel.

O governo paulista entrou com a ação em agosto, três meses após a Siemens ter assinado um acordo com o Cade (Conselho Administrativo de Direito Econômico), órgão do governo federal, no qual confessava fazer parte de um cartel que agia em São Paulo e no Distrito Federal e apontava a ação coordenada de outras 19 empresas nos contratos do Metrô e da CPTM.

## OUTRO LADO

A assessoria da Procuradoria Geral do Estado disse que vai incluir todas as empresas no pedido de ressarcimento.

Em nota, a Procuradoria afirma: “A decisão de processar inicialmente a Siemens decorre do fato de ser ela ré confessa”.

**Promotoria tenta sustar contratos de R\$ 2,5 bilhões**

O Ministério Público requisitou ontem ao Metrô de São Paulo a suspensão de dez contratos de modernização de 98 trens, que somam R\$ 2,5 bilhões, com a alegação de que há indícios de superfaturamento e outras irregularidades.

Os contratos, firmados entre 2008 e 2010, incluem empresas que são investigadas no Cade.

Segundo o promotor Marcelo Milani, os preços pagos por trens reformados são superiores ao custo de um novo. Milani declarou que em quatro dos contratos, no valor de R\$ 1,6 bilhão, cada lote teve só uma proposta, o que eliminou a competitividade.

Além disso, a empresa fechou depois mais seis contratos, por R\$ 875 milhões, para itens que, segundo Milani, já deveriam estar incluídos nos quatro contratos iniciais.

Milani também disse que um email que recebeu de um ex-diretor da Siemens indica que o Metrô orientou a empresa e a Alstom a fazer acordo para um dividir um contrato de R\$ 708 milhões.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

**CONTINUAÇÃO**

Procurado, o Metrô disse que o custo unitário de cada trem saiu em torno de 60% de um novo. “A informação de que um trem modernizado custa 80% de um novo resulta de um cálculo absurdo, que ignora

os custos de um trem novo em 2008 e usa, para efeitos comparativos, o preço do trem em 2011.” A Siemens diz que colabora com as investigações. A Alstom não se pronunciou.

## **CARTEL DE UMA EMPRESA SÓ**

Justiça determina inclusão de outras empresas em ação do governo de SP

contra a Siemens por formação de cartel

**04 DEZ 2013**



### **A DENÚNCIA**

Em maio, a Siemens fez um acordo com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) no qual informou ter participado com outras empresas de cartel para fraudar licitações no setor de transportes em São Paulo e no DF entre 1998 e 2008



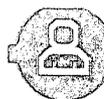
### **O QUE JÁ FOI FEITO**

O Cade examinou centenas de documentos apresentados pela Siemens e concluiu que houve irregularidades em seis projetos, sendo cinco deles em SP. Em julho, autoridades apreenderam documentos nos escritórios de outras dez empresas



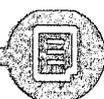
### **CASO ALSTOM**

A Alstom, uma das empresas acusadas de integrar o cartel, é investigada por autoridades brasileiras e suíças. Suspeita-se que a multinacional francesa tenha pago propina a funcionários públicos e políticos do PSDB para obter contratos



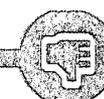
### **AGENTES PÚBLICOS**

A Justiça determinou o sequestro de R\$ 57 milhões de ex-diretores da CPTM, entre eles João Roberto Zaniboni, e do consultor Arthur Gomes Teixeira. Em novembro, a PF indiciou ambos por lavagem de dinheiro e evasão de divisas



### **AÇÃO NA JUSTIÇA**

Numa tentativa de reverter o dano político gerado pela delação da Siemens, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou que iria processar a empresa por formação de cartel e exigir indenização por eventuais prejuízos aos cofres públicos



### **A RECUSA**

A Justiça mandou o governo refazer a ação e incluir as demais empresas citadas nas investigações. O Procurador-Geral do Estado recorreu, alegando falta de indícios para acusar outras empresas, mas a determinação foi mantida pelo TJ-SP

04 DEZ 2013

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## REDE FURADA

Uma pessoa que compartilha comentários ou notícias ofensivas no Facebook pode ter que pagar indenização à pessoa que se sente atingida. A decisão foi tomada pelo Tribunal de Justiça de SP.

### **PARA TODOS**

O desembargador José Roberto Neves Amorim, relator do processo, diz que a decisão é inédita. E afirma que ela será recomendada como jurisprudência, para que seja aplicada em casos semelhantes que cheguem ao tribunal.

### **FALA SÉRIO**

A disputa envolveu um veterinário acusado de negligência no tratamento de uma cadela que seria castrada. A informação, não comprovada, foi compartilhada e “curtida” na rede por duas mulheres que foram condenadas a pagar R\$ 20 mil. “Há responsabilidade dos que compartilham mensagens e dos que nelas opinam de forma ofensiva”, diz Amorim. Para ele, o Facebook deve “ser encarado com mais seriedade e não com o caráter informal que entendem as rés”.

04 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Morador de rua do Rio é o 1º condenado após manifestação

Catador de latinhas recebe pena de 5 anos por acusação de portar coquetel molotov; defesa alega que era 'Pinho Sol'

**Na decisão, juiz diz que versão da defesa é 'inverossímil' e que havia etanol em uma garrafa apreendida**

ITALO NOGUEIRA  
LUCAS VETTORAZZO  
DO RIO

Um morador de rua é o primeiro condenado após participação em manifestação ocorrida no Rio neste ano — provavelmente também o primeiro no país.

Acusado de porte de artefato explosivo, ele terá de cumprir cinco anos e dez meses de reclusão em regime fechado, segundo decisão de primeira instância da Justiça estadual. Cabe recurso.

Rafael Braga Vieira, 26, foi detido em 20 de junho, dia da maior manifestação ocorrida na cidade, com participação de 300 mil pessoas, segundo especialistas da Coppe/UFRJ. O protesto terminou com um rastro de destruição em todo o centro da cidade. Naquele dia, cinco pessoas foram pre-

sas e três menores apreendidos por policiais.

De acordo com a polícia e o Ministério Público, Vieira foi detido com dois coquetéis molotov em frente à DCAV (Delegacia de Criança e Adolescente Vítima), saindo de uma loja abandonada na avenida Presidente Vargas.

Dois policiais civis da unidade testemunharam afirmando que ele carregava os explosivos. Na delegacia, ele afirmou a advogados do DDH (Instituto de Defesa dos Direitos Humanos) ser morador de rua e catador de latinhas.

## 'PINHO SOL'

Em sua defesa Vieira afirmou que nas garrafas havia desinfetante de marca "Pinho Sol" e água sanitária.

O juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte, da 32ª Vara Criminal, considerou a versão "pueril" e "inverossímil". De acordo com um juiz, laudo pericial "atesta que uma das garrafas tinha mínima aptidão para funcionar como coquetel molotov".

"O etanol encontrado dentro de uma das garrafas pode

ser utilizado como combustível em incêndios, com capacidade para causar danos materiais, lesões corporais e o evento morte", diz o juiz.

Duarte definiu a pena em regime fechado considerando a reincidência de Vieira. Ele já fora condenado e cumprido pena duas vezes por roubo. Ele já está preso preventivamente em penitenciária em Japeri.

"O fato ocorreu enquanto centenas de milhares de pessoas reuniam-se, pacificamente, para reivindicar a melhoria dos serviços públicos", diz um trecho da sentença.

"Naquele mesmo episódio verificou-se a presença da minoria, quase inexpressiva — se comparada com o restante de manifestantes — imbuída única e exclusivamente na realização de atos de vandalismo, tendentes a desacreditar e desmerecer um debate democrático."

A **Folha** procurou a Defensoria Pública, responsável pela defesa de Vieira, para comentar o caso. Não houve retorno até a conclusão desta edição.

04 DEZ 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## #Lulu #injúria

FERNANDO CASTELO BRANCO E FREDERICO FIGUEIREDO

Os americanos são aficionados por listas. Está em seu DNA cultural a incansável tentativa de categorizar, ordenar e atribuir notas a tudo que tenham contato.

A revista "Time" apresenta anualmente a lista dos mais poderosos. A "Forbes" relaciona os mais ricos, a "People" os mais bonitos. O filme "Alta Fidelidade" —para muitos, referência cultural deste século— narra a história do dono de uma loja de discos de vinil obcecado pela elaboração das mais diversas listas.

Agora, no momento em que o Facebook torna-se onipresente, com mais de 1 bilhão de usuários no mundo —65 milhões deles no Brasil—, surge nos Estados Unidos um aplicativo que se dispõe a dar notas aos homens, listando-os de acordo com suas qualidades —ou falta delas.

O aplicativo Lulu, oficialmente lançado no país na semana passada, permite que as mulheres —e somente elas— acessem o perfil dos homens no Facebook e, por meio de uma série de perguntas, atribua-lhes notas de 1 a 10, além de oferecer hashtags para classificá-los.

Hashtags são uma forma de indexação que começou a ser usada no Twitter e se espalhou pela internet, na qual se acrescenta o símbolo # a uma palavra qualquer, tornando

A internet traz sensação de anonimato que, muitas vezes, não condiz com a realidade, mas estimula comportamento irresponsável —e punível

possível indexá-la automaticamente. O aplicativo fez sucesso: atualmente é o mais baixado no iTunes e Google Play brasileiros.

Entre os operadores do direito, porém, a situação traz uma série de inquietações, e suas consequências já começam a aparecer. Há notícia de que as primeiras ações cíveis contra o Facebook e a Lulu (empresa desenvolvedora do Lulu) foram ajuizadas e o Ministério Público instaurou um inquérito civil público.

Das hashtags, as depreciativas tiveram maior apelo, transformando o programa também em uma forma de vingança pessoal. Entre as mais usadas estão #maisbaratoquepão-nachapa, #prefereovideogame, #arrotapeida, #tocavuvuzela, #pior-massagemdomundo, #curteorome-robritto, #4e20 (analogia ao consumo de maconha).

Em que pese o tom inconsequente de brincadeira, fica clara a possibilidade de que as pessoas sintam-se efetivamente ofendidas por essas

e outras expressões. Além disso, graças à enorme quantidade de suas usuárias, há um vasto potencial dessas proliferação de injúrias.

Para os homens que pretendem preservar sua intimidade, são criados diversos obstáculos. Aqueles que tiveram seu perfil avaliado e desejam excluí-lo deverão percorrer tortuoso caminho, expondo, mais uma vez, logados pelo Facebook, seus dados pessoais, que serão armazenados indevidamente pelo Lulu, em troca da exclusão.

A internet traz uma sensação de anonimato que, em regra geral, não condiz com a realidade, mas estimula um comportamento muitas vezes irresponsável. Por outro lado, é certo que a nossa Constituição protege, como garantia fundamental, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. O Código Penal, por sua vez, tipifica como injúria, punível com pena de detenção, ofensa à dignidade ou decoro de outra pessoa.

Por isso, menina, #cuidado!

FERNANDO CASTELO BRANCO, 46, e FREDERICO CRISSIÚMA DE FIGUEIREDO, 36, são advogados criminalistas e conselheiros da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil seção de São Paulo)

04 DEZ 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Lulus ofendidas

TALYTA CARVALHO

O momento é de abandonar o papel de “vítima histórica” e discutir sem medo como ser mulher que age sem mediação de uma lógica revanchista

Recentemente, as redes sociais e as rodas de conversa foram tomadas pela polêmica em torno do aplicativo Lulu, em que mulheres avaliam o perfil de homens, atribuindo-lhes notas e comentários.

Não interessa debater a questão dos direitos individuais por dois motivos. Primeiro porque é possível retirar seu perfil. E segundo porque, em tempos digitais, qualquer desejo de privacidade e sigilo totais com relação a informações sobre você soa tão ingênuo quanto acreditar em unicórnios.

O aplicativo se apresenta como uma ferramenta que visa reunir informações sobre rapazes. Trata-se de um propósito inócuo, uma vez que desconheço o fato de mulheres ficarem com um rapaz porque alguém disse que ele é bacana, ou ainda não ficarem porque alguém disse que ele não presta.

A questão a ser discutida está no âmbito das relações homem versus mulher. Em pouco tempo, o Lulu angariou defensoras fervorosas, que reivindicam estarem apenas se valendo de sua liberdade para fazer na internet o que já faziam entre amigas. Do lado masculino, a reação é ambígua: há os que gostaram (avaliações positivas se tornaram “boa propaganda”) e há os que odiaram (pela exposição).

Gostaria de me restringir à relação entre os homens que se sentiram agredidos e as mulheres que defendem o Lulu.

As reações oriundas da porção feminina foram desde a afirmação de que eles são fracos e “não aguentam brincadeira” até brados de “eles finalmente provaram um pouco de seu próprio veneno.”

Décadas de feminismo nos tornaram especialistas não apenas em políticas de ressentimento, mas também em reações prontas de defesa em vista de qualquer coisa vinda de um homem, opressor por definição mesmo que em potência.

Isso posto, não há, para essas mulheres, como legitimar a indignação masculina. Claro, se a história fosse a inversa, se tivessem sido os homens a criar primeiro o Tubby, já estaríamos preparando as fogueiras para a nova inquisição.

Sabidamente, Alexis de Tocqueville (autor de “A Democracia na América”) já apontava que os princípios de liberdade e igualdade são inversamente proporcionais; um cresce para o outro diminuir.

O Tubby seria sexista em princípio e estaria a serviço do machismo, perpetuando desse modo a objetificação das mulheres. Mas, quando se trata de homens, não configura objetificação? Só é sexismo quando o alvo são mulheres? Em cenários de busca por igualdade, o cerne não deveria ser que não se deve objetificar pessoas? Eu, particularmente, não vejo grandes dramas na objetificação; tudo é objeto.

Há quem tenha defendido o Lulu mesmo admitindo que se incomoda com a objetificação das mulheres e que de fato há ali uma objetificação dos homens, muito embora esta última seja legítima tendo em vista todos os séculos de objetificação/humilhação que as mulheres sofreram e sofrem cotidianamente, em todos os lugares que frequentam: trata-se de dizer que não é possível comparar homens e mulheres por motivo de “falsa simetria”. Ou argumenta-se a favor de uma “justiça histórica”. Se há apenas dívida

histórica e a impossibilidade de homens e mulheres se sujeitarem aos mesmos critérios de julgamento, todo debate necessário silencia.

O momento é de abandonar o papel de “vítima histórica”, como diz a filósofa Elisabeth Badinter (“Fausse Route”), e nos empenharmos em discutir sem medo como viabilizar as relações entre homens e mulheres e, ainda, como sermos mulheres que agem no mundo sem mediação de uma lógica revanchista.

**TALYTA CARVALHO**, 27, é filósofa especialista em renascença e mestre em ciências da religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

04 DEZ 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### CONCURSO POLÊMICO

### Juiz decreta indisponibilidade de bens de secretário da Saúde

## Justiça bloqueia bens de secretário

Lucio Flávio Cruz  
*Reportagem Local*

**Londrina** – O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, determinou ontem a indisponibilidade de bens do secretário municipal da Saúde, Francisco Eugênio Alves de Souza, e de 14 servidores municipais e um estadual por irregularidades cometidas em concurso público para preenchimento de cargos na Autarquia Municipal de Saúde. A ação civil pública foi ajuizada pela promotora Sandra Regina Koch, da 4ª Promotoria de Justiça de Londrina.

De acordo com a ação, os atos de improbidade administrativa que causaram a anulação do concurso por parte do município geraram prejuízo de R\$ 407.964,83 aos cofres públicos. O con-

curso realizado em maio foi anulado, a pedido do Ministério Público, no dia 16 de agosto em virtude de plágio de questões e outras irregularidades. Mais de 13 mil candidatos fizeram as provas.

Dentre as irregularidades investigadas, a Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público aponta que houve caso de candidato inscrito que participou da elaboração de questões da prova e candidato inscrito que participou da coordenação do concurso, além de pagamentos indevidos de questões de provas.

Souza não foi localizado pela reportagem e o Núcleo de Comunicação de prefeitura informou que o secretário só iria se pronunciar após ser notificado oficialmente da decisão.

04 DEZ 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### *Deputados dão aval a cinco matérias do TJ*

**Curitiba** - Os parlamentares aprovaram ontem cinco matérias de autoria do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, sendo três em redação final. Uma delas, a 143/13, possibilita ao servidor efetivo do Judiciário exercer atividade comissionada quando designado para a função de secretário de sessão de julgamento. Outra, a 289/2013, dispõe sobre a estrutura funcional do quadro de pessoal do 1º grau de jurisdição.

Segundo o TJ, o objetivo é ajustar "distorções" decorrentes de antigos enquadramentos, o que não ocasionaria aumento no gasto com pessoal. Já o projeto 265/2013 inclui no rol das modalidades de citação, nos procedimentos administrativos disciplinares; a citação pessoal mediante ofício entregue em mãos, por meio eletrônico e por hora certa. O projeto 350/2013, que altera notas das tabelas anexas de custas do Estado, passou em terceira votação, enquanto o 613/2013, criando seis cargos de juiz de direito substituto em segundo grau, passou em primeira.

Há a expectativa, ainda, que outros dois projetos do TJ sejam apreciados até o fim do ano: o 609/2013, que reajusta as taxas dos cartórios em 11,45%, e o 638/2012, que aumenta o índice do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus), hoje estipulado em 0,2%. (M.F.R.)

04 DEZ 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME FOLHA

### **Da toga para a política**

O governador de Pernambuco e presidente nacional do PSB, Eduardo Campos, disse ontem que no dia 19 será feita a filiação da ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon ao partido. Eliana será anunciada como candidata a senador pela Bahia na chapa da senadora Lídice da Mata, que disputará o governo do Estado, contra o candidato do governador Jacques Wagner (PT). A ex-ministra do STJ ganhou notoriedade quando era corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e declarou haver "bandidos de toga" entre os magistrados. Perguntado se essa era uma chapa competitiva na Bahia, Campos assegurou: "É para ganhar a eleição".

### **Rosenmann não pode**

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Dias Toffoli negou provimento ao pedido de Paulo Rosenmann (PSDB) para tirar o mandato do deputado federal Luiz Nishimori (PR), devido à desfiliação da legenda tucana. Em despacho assinado no último dia 27, Toffoli considerou que Rosenmann não é parte legítima para fazer o pedido, uma vez que não seria ele o sucessor imediato em caso de vacância do cargo. O tucano é o sétimo suplente da coligação PRB/PP/PPS/DEM/PSDB.

### **Nova ação**

A troca de legendas ainda deve dar dor de cabeça a Luiz Nishimori. Ele é um dos 13 deputados federais na mira do Ministério Público Eleitoral em ação de infidelidade partidária. O parlamentar divulgou ontem carta assinada pelo presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, na qual o tucano afirma que as razões do pedido de desfiliação foram "compreendidas e acatadas, razão pela qual não se apresenta qualquer oposição a sua desfiliação".

## **Oswaldo Militão**

### **360 mil ações esperam que o Supremo diga OK**

São 360 mil ações de brasileiros (muitos de Londrina e de outras cidades do Paraná) que estão no Supremo Tribunal Federal, cobrando seus direitos que foram surrupiados pelos planos econômicos dos governos José Sarney e Fernando Collor de Mello. Os que não ingressaram na Justiça não poderão reclamar mais, pois já se passaram mais de 20 anos. Os bancos particulares protestaram e desejam que o STF diga não à população que reclama seus direitos. Os brasileiros em geral desejam que o Supremo diga OK, vocês estão com a razão, pague-se a todos. Vamos aguardar se a Justiça tarda (mais de 20 anos), mas acontece!

04 DEZ 2013

# FOLHA DE LONDRINA

**CHARGE DO DIA**

FABIO  
CAMARGO



- Tribunal de Contas? Você já não pediu isso para o seu pai?

04 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

# Genoino renuncia ao mandato de deputado federal

**Carta foi lida antes da conclusão  
da contagem dos votos sobre  
processo de cassação**

**Brasília** - O ex-presidente do PT José Genoino (SP) apresentou ontem pedido de renúncia do mandato de deputado federal. O pedido foi feito por meio do vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-PR), que participou de uma reunião de integrantes da Mesa Diretora da Casa em que foi discutido o pedido de abertura de processo de cassação. A apresentação da carta foi feita antes mesmo da conclusão da contagem dos votos dos integrantes da Mesa que chegou ao placar de quatro a dois pela abertura do processo de cassação. Além de André Vargas, posicionou-se contra o pedido de perda de mandato de Genoino o quarto-secretário, Carlos Biffi (PT-MS).

O petista, condenado no processo do mensalão a 6 anos e 11 meses de prisão em regime semiaberto, pediu licença do cargo em julho após ser submetido a uma cirurgia cardíaca. Atualmente, ele se encontra preso em regime domiciliar em Brasília.

Em sua carta de renúncia, Genoino voltou a afirmar sua inocência e criticou a transformação em "espetáculo" do possível processo de cassação contra ele. "Considerando a transformação midiática em espetáculo de um processo de cassação; considerando que não pratiquei nenhum crime, não dei azo a quaisquer condutas, em toda minha vida pública ou privada, que tivesse o condão de atentar contra a ética e o decoro parlamentar, renuncio ao mandato parlamentar", escreve Genoino.

O pedido de renúncia foi combinado entre os integrantes da cúpula do partido na véspera da reunião realizada ontem pelos integrantes da Mesa Diretora que discutiu a abertura de um processo de cassação do deputado.

"Foi combinado desde ontem (anteontem) à noite. Hoje (ontem) eu recebi a notícia, conversei com o deputado Genoino e ele me informou que não queria passar pelo constrangimento de uma Comissão de Ética. O único pleito que o deputado

Genoino queria era não ter inscrito no seu currículo deputado cassado", disse André Vargas após a reunião. "Tratava-se de uma situação absolutamente de concluir os seus 25 anos aqui como um homem honrado, que não quebrou o decoro parlamentar", concluiu.

O petista também não poupou críticas ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e o considerou como um "militante" pela abertura do processo contra Genoino.

"Não faço julgamento de nenhum (dos demais integrantes da Mesa), só do presidente que poderia de ofício ter aguardado. Lamento muito que o presidente tenha essa postura. Na verdade, ele militou por essa causa", disparou Vargas, que no início da reunião pediu o adiamento do processo até que terminasse o prazo de licença médica de Genoino. "Ao instaurar o processo, a Mesa estaria instaurando o processo de alguém que não pode se defender mais", afirmou Vargas.

04 DEZ 2013

## FOLHA DE LONDRINA

# Penitenciária impedida de receber mais presos

### Reportagem Local

**Cruzeiro do Oeste** - A Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste (Região Metropolitana de Umuarama) foi parcialmente interditada por determinação da juíza Helênika de Souza Pinto Sperotto, da Vara de Execuções Penais e da Corregedoria dos Presídios da Comarca. A medida foi tomada no último dia 27 de novembro e divulgada ontem. Com a decisão, o ingresso de novos presos no local fica proibido até que sejam solucionados os problemas constatados durante inspeções realizadas pelo Juízo e pelo Ministério Público.

Há cerca de um ano, a 3ª Promotoria de Justiça de Cruzeiro do Oeste instaurou pro-

cedimentos no âmbito de suas atribuições e perante a Vara de Execuções Penais foi instaurado um pedido de providências. Durante o processamento deste procedimento, o MP-PR cobrou o cumprimento das normas constantes da Lei de Execuções Penais, especialmente a contratação de agentes penitenciários, equipe médica e psicólogo. Os problemas, no entanto, não foram solucionados.

Diante da gravidade da situação, o promotor Marcelo Bruno Marques, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Cruzeiro do Oeste, requereu, no início da semana passada, a interdi-

ção parcial da Penitenciária, até que o Estado cumpra, de maneira efetiva, suas obrigações, sendo que o eventual descumprimento da decisão poderá acarretar processo criminal contra os responsáveis.

A Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) informou que solicitou a disponibilização de profissionais da área da saúde à Secretaria

### *MP cobra contratação de agentes, equipe médica e psicólogo*

de Estado da Administração e da Previdência (Seap). A Seap, por sua vez, informou que como não houve concurso específico para Cruzeiro do Oeste, os aprovados da região de Umuarama precisam fazer a opção pelas vagas.

04 DEZ 2013

# GAZETA DO POVO

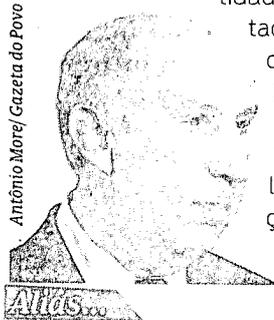
Notas  
Políticas

## Queda de braço

**S**egue sem acordo o polêmico projeto do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que aumenta em 50% a taxa do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus).

Hoje, deve ocorrer uma nova rodada de negociações entre representantes do próprio TJ, da Assembleia Legislativa e do G7 (grupo que reúne as grandes entidades do setor produtivo do estado).

Enquanto os dois últimos defendem a redução do reajuste, o tribunal, presidido pelo desembargador **Guilherme Luiz Gomes (foto)**, segue relutante em aceitar a diminuição do percentual.



Antônio Morel/Gazeta do Povo

Recente reportagem da **Gazeta do Povo** mostrou que, mesmo sem o reajuste, a arrecadação dos serviços de cartório para o Funrejus subiu 88% nos últimos cinco anos – índice acima da inflação do período, que ficou em 37,6%. Pela proposta do TJ, a taxa subiria dos atuais 0,2% para 0,3%. Ao comprar um imóvel no valor de R\$ 100 mil, por exemplo, o contribuinte passaria a pagar R\$ 300 – em vez dos R\$ 200 cobrados hoje.

04 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

# Petista depõe em Brasília sobre tráfico de influência na eleição do TC

Em outubro, deputado Elton Welter tinha dito que houve pressão para votar em Fabio Camargo

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Único deputado estadual a admitir publicamente que foi pressionado para votar a favor de Fabio Camargo na eleição para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC), Elton Welter (PT) prestou ontem depoimento sobre o episódio no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. O petista foi ouvido pela relatora do inquérito 950, ministra Eliana Calmon, que apura suposto tráfico de influência na eleição, realizada em julho. A investigação aborda a suposta atuação do pai de Fabio e então presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Clayton Camargo, a favor da candidatura do filho.

Na saída do STJ, Welter disse ter relatado a “evidência dos fatos”. O parlamentar enfatizou a ligação entre o processo de eleição na



“Houve, na minha visão, um entendimento tácito acerca do interesse de usar os depósitos judiciais com a vontade de eleger o conselheiro.”

Elton Welter (PT), deputado estadual.

Welter: segundo depoimento de deputado sobre o caso.

Assembleia Legislativa, o envio posterior de um projeto de lei dos poderes Judiciário e Executivo para autorizar o governo estadual a ter acesso a 30% dos depósitos judiciais não tributários de posse do TJ-PR e a subsequente aprovação da proposta em pleno recesso legislativo. “Houve, na minha visão, um entendimento tácito acerca do interesse de usar os depósitos judiciais com a vontade de eleger o conselheiro”, declarou.

Welter já havia levantado a questão em discurso no plenário da Assembleia, em 23 de outubro. Na ocasião, ele se dispôs a colaborar com as investigações. “Não posso falar o que eu não posso provar. Agora, eu senti tudo isso acontecendo lá.”

**CONTINUA**

### CONTINUAÇÃO

#### Depoimentos

O petista foi o segundo deputado estadual a falar como testemunha em Brasília. Na última quinta-feira passado, quem depôs foi Plauto Miró (DEM), que ficou em segundo lugar na disputa para conselheiro. No mesmo dia, a ministra escutou Fabio Camargo.

O depoimento de Camargo ocorreu um dia após o afastamento dele do cargo no TC, determinado em caráter liminar pela desembargadora do TJ-PR Regina Afonso Portes. A magistrada acatou um pedido feito por um dos candidatos derrotados à vaga no TC, Max Schrappe, que apontou irregularidades no processo eleitoral que teriam beneficiado Fabio Camargo. A decisão final depende de julgamento do mérito da ação pelo TJ-PR.

O desfecho do inquérito 950 é incerto. Eliana Calmon vai se aposentar no próximo dia 18 para se filiar ao PSB e disputar o governo da Bahia. Cabe à relatora, amparada pela Procuradoria-Geral da República, solicitar ou não a abertura de uma ação com base nas investigações, que precisa ser aprovada pela corte especial do STJ.

Ontem, a informação do gabinete da ministra era de que ela não pediria para colocar o caso na pauta de julgamentos de hoje. Se isso se concretizar, a investigação deve ser finalizada por outro relator, já que a próxima sessão da corte especial também acontece no dia 18.

### DESEMBARGADOR

**Pai do conselheiro,  
Clayton Camargo também  
é investigado no STJ**

Além do conselheiro do TC afastado Fabio Camargo, o pai dele e ex-presidente do TJ-PR, Clayton Camargo, também é investigado em dois inquéritos que tramitam em sigilo no STJ, com os números 755 e 792. As informações apuradas no inquérito 792 embasaram a abertura de processo administrativo disciplinar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em outubro, por suposta evolução patrimonial incompatível com as funções de magistrado. Na ocasião, o corregedor do CNJ, Francisco Falcão, apresentou dados de provas compartilhadas com o Ministério Público Federal e citou, em voto, que a análise da situação fiscal de Camargo mostrava a existência de "acréscimo patrimonial a descoberto" e "a ocorrência de várias operações suspeitas, não condizentes com a integridade e a idoneidade exigidas de membro do Poder Judiciário". Para o corregedor, teria havido variação patrimonial incompatível com a origem dos recursos declarados no período de 2005 a 2008. **(AG)**

*Daniel Castellano/Gazeta do Povo*



**Clayton Camargo,  
ex-presidente do TJ.**



## Um tabique para frear os homicídios

O Judiciário paranaense anda discutindo se faz ou não uma reforma de R\$ 79 milhões em sua sede. Recentemente, construiu um Anexo ao Palácio da Justiça pela bagatela de R\$ 48 milhões. Os desembargadores também ganharam o direito de andar em carros zero fornecidos pelos contribuintes, para que tenham mais segurança. O dinheiro parece fluir como água nos cofres do Tribunal de Justiça local. (Claro que isso não é o suficiente e querem aumentar em 50% a facada que o cidadão leva ao comprar um imóvel: tudo para custear o Funrejus.)

Curiosamente, por uma ninharia o TJ poderia fazer uma obra realmente importante, capaz de dar mais segurança à população e de devolver inocentes às ruas. Talvez por não exigir a presença de mármore ou granito ela tenha ficado para o fim da fila. Na verdade, para resolver o problema bastaria um simples tabique colocado no lugar certo. O lugar certo é o prédio do Tribunal do Júri, no Centro Cívico de Curitiba.

Explicando: Curitiba tem cerca de 500 homicídios por ano, às vezes mais. Todos eles são investigados (ou deveriam ser) e deveriam gerar um processo, apontando um réu. Esse réu necessariamente tem de ser levado a júri. Isso sem contar crimes de tentativa de homicídio, que também seguem o mesmo procedimento. E há ainda os crimes de cidades vizinhas que não têm onde fazer o julgamento. No entanto, para julgar toda essa gente há apenas um plenário na capital.

Traduzindo em uma frase: há fila de homicidas esperando para ser julgados em Curitiba. No ano passado, o problema recebeu uma solução temporária.

Arranjou-se uma sala no prédio principal do TJ para servir como segundo plenário. Isso quase zerou a fila — mas a sala entrou em reforma e tudo voltou à situação anterior. O cálculo da promotoria é que, sem novidades, a fila estará bem grandinha de novo no final do primeiro semestre de 2014.

O pessoal que trabalha no Júri já solicitou que alguma coisa seja feita. Qualquer coisa. Uma divisória separando o plenário em duas metades iria contribuir para amenizar o problema: os inocentes esperando julgamento poderiam sair livres mais rápido; os culpados poderiam ir logo para o sistema penitenciário; e as famílias das vítimas teriam resposta mais rápida do



Estado. Tudo isso pelo preço de um tapume. O plenário atual é grande, mas nunca enche: o crime ficou tão banal que as sessões não atraem mais nem a imprensa.

Na atual situação, as duas varas do júri se revezam. Uma faz julgamentos do início do mês até o dia 15. Do dia 16 em diante, é a vez da outra vara. Como banheiro de cortiço: cada um tem seu horário para usar, e não se fala mais nisso. Poderia também haver mais juízes. Foram solicitados mais dois para fazer instrução e adiantar o processo enquanto os atuais fazem o julgamento. Promotores para isso já tem. Mas os gargalos impedem que tudo funcione melhor.

A série de reportagens Crime sem Castigo, que a Gazeta do Povo publicou neste segundo semestre, mostrou que apenas um réu é levado a julgamento e condenado em Curitiba para cada 25 homicídios. Quantos homicidas andarão soltos? Não é à toa que os desembargadores querem carros para sua segurança. Com tanto assassinato à solta por aí...

# GAZETA DO POVO

**Fernando  
Martins**

04 DEZ 2013

## Os donos do poder, desde sempre

O jurista, sociólogo e historiador Raymundo Faoro (1925-2003), na obra *Os Donos do Poder*, descreve como o Estado brasileiro e a burocracia que o administra sempre trataram o país como uma propriedade particular. Essa estrutura patrimonialista, herança da coroa portuguesa, para quem o Estado era um negócio do rei, foi reproduzida na Colônia e se manteve no Império e na República. Como consequência, o capitalismo nacional foi politicamente orientado; e a distribuição de riqueza se deu sobretudo àqueles que se associaram ao aparato estatal. Isso impediu a emergência do liberalismo clássico e, por extensão, de uma democracia forte no Brasil.

Faoro analisou a história brasileira até a Ditadura Vargas (1937-1945). Mas a descrição ainda é atual. O descolamento entre Estado e sociedade se repete em pleno regime democrático, tanto na esfera política como econômica. Isso se revela em fatos como a resistência do Congresso em aprovar projetos de efetivo interesse popular e os privilégios dos agentes políticos e governamentais. O tratamento diferenciado na prisão para os mensaleiros em relação aos demais detentos, por exemplo, indica que o país é desigual mesmo quando faz justiça.

Dois fatos recentes na esfera econômica — a validade dos créditos de celular pré-pagos e o julgamento dos expurgos da poupança — evidenciam como a burocracia se articula para defender os interesses dos grupos privados que se associam ao Estado, em detrimento da população.

Em agosto, o Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região (TRF1) determinou que as empresas telefônicas não poderiam estabelecer um prazo de validade para os créditos de ce-

lular. O argumento era de que, se o usuário pagou antecipadamente pelo serviço, não poderia ter bloqueado seu direito de usar o serviço que comprou. Mas a decisão foi cassada em outubro pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O mais surpreendente é que o recurso foi apresentado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) — a entidade que deveria proteger o consumidor. A Anatel alegou que a inexistência de validade dos créditos poderia ser prejudicial ao próprio cidadão, pois as tarifas seriam aumentadas.

A tentativa de culpar a sociedade pela “ruína futura” também aparece no recente manifesto assinado por 13 ex-ministros da Fazenda e 11 ex-presidentes do Banco Central pedindo para o STF não dar ganho de causa aos correntistas da poupança lesados pela correção monetária dos fracassados planos econômicos dos anos 80 e 90. Os ex-dirigentes da economia, representantes de todos os governos desde a ditadura, argumentam que o pagamento dos prejuízos dos poupadores irá quebrar o sistema bancário e, consequentemente, o país. A culpa, então, é da vítima?

# 04 DEZ 2013

## GAZETA DO POVO

### **MP-PR traz a Curitiba procurador- geral e ministro do Supremo**

! Especialistas em direito, política, filosofia e estudos sociais do país estarão reunidos em Curitiba, a partir de hoje, para o Congresso Estadual do Ministério Público do Paraná (MP-PR). O evento, direcionado a membros da instituição, vai até sexta-feira e antecipa o Dia Nacional do MP, comemorado no próximo dia 19. O objetivo é debater questões como segurança, direitos humanos, corrupção e justiça social.

A primeira conferência, que ocorrerá logo depois da abertura oficial, marcada para as 18h30 de hoje, ficará a cargo do cientista social Oscar Vilhena Vieira, diretor da Faculdade de Direito da Fundação Getulio Vargas e diretor-executivo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime. Ele falará sobre o tema "Instituições de Aplicação da Lei, movimentos sociais e promoção da cidadania".

#### **Troca de ideias**

Entre os outros palestrantes convidados estão o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso; o senador e ex-ministro da Educação Cristovam Buarque; o ministro do Superior Tribunal de Justiça Sérgio Luiz Kukina; e o professor de Ética e Filosofia da Unicamp Roberto Romano.

"É um momento para trocar ideias e fazer uma auto-crítica da nossa atuação", diz o promotor Eduardo Cambi, um dos organizadores do congresso. Segundo ele, a proposta é debater de maneira interdisciplinar assuntos que preocupam a instituição.

#### **>> PRÉFEITURA**

### **MP denuncia descontrole no uso da frota de Cascavel**

! Uma denúncia anônima feita ao Ministério Público Estadual (MP) em Cascavel, no Oeste do Paraná, revelou a persistência do descontrole da prefeitura sobre a frota de veículos do município. Segundo o promotor Sergio Ricardo Machado, dois carros da Secretaria de Obras foram multados em R\$ 700 sem haver a identificação dos condutores responsáveis. Além disso, o MP constatou que carros da prefeitura fizeram viagens ao Paraguai — o que é irregular. Em 2011, um veículo da prefeitura havia sido apreendido próximo a Curitiba transportando maconha. À época, o MP abriu um inquérito e descobriu que, por duas vezes, o carro apreendido havia feito o trajeto até o Paraguai.

#### **WEBCONFERÊNCIA**

##### **Para Concurso de Juiz do Trabalho**

- DATA: 7 de dezembro (a partir das 11 h).
- REALIZAÇÃO: Ematra.
- LOCAL: curso a distância.
- INFORMAÇÕES: [www.ematra9.org.br](http://www.ematra9.org.br)

#### **COLUNA DO LEITOR**

##### **Tribunal de Contas**

Como pode o presidente da Assembleia, conhecendo as regras necessárias para eleição de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, dizer que Fabio Camargo, mesmo irregular, estava apto a concorrer (**Gazeta**, 2/12)? Aposto que se fosse um cidadão comum não teria a mesma regalia.

Luciano Atamanzuck

04 DEZ 2013

## GAZETA DO POVO

# A renúncia de José Genoino

Condenado pelo mensalão, ele seguiu o mesmo caminho já trilhado por vários parlamentares que, a ponto de serem penalizados com a cassação, safaram-se abrindo mão de seus mandatos

**C**ondenado à prisão como um dos principais envolvidos no esquema do mensalão, José Genoino renunciou ontem à cadeira de deputado que ocupava na Câmara Federal. Sua decisão foi conhecida em meio à reunião na qual a Mesa Diretora da Casa preparava a liturgia regimental necessária para abrir o processo de cassação de seu mandato. Quando já se contavam quatro votos favoráveis à medida contra dois, o petista André Vargas (vice-presidente da Câmara) encarregou-se de tirar da cartola a capitulação do correligionário Genoino.

Muito longe de estar à altura das *Memórias do cárcere*, obra-prima literária de Graciliano Ramos, a carta-renúncia desfila afirmações mitológicas e egocêntricas. Dá-se por inocente das acusações que o levaram à condenação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e relembra a suposta luta heroica que travou às margens do Araguaia contra o regime militar — embora nunca tenha deixado claro se, em substituição à ditadura que combatia, não pretendia instituir outra aos moldes então preconizados pelas esquerdas.

Teria sido a renúncia um gesto último a demonstrar a grandeza política do ex-presidente do PT, que com José Dirceu e Delúbio Soares se dedicou a arranjar fundos para comprar consciências e (principalmente) o voto de outros parlamentares? Ou teria sido apenas mais um truque para proteger seus próprios interesses e fazer com que paguemos — nós, o povo contribuinte — a conta?

De fato, a cassação seria fatal para o objetivo de se aposentar por invalidez, com proventos vitalícios de deputado, mas, ao renunciar, pode ser que garanta o privilégio que requereu ainda antes de ser recolhido à Papuda em 15 de novembro. A pedido do Supremo, porém, junta médica da própria Câmara atestou que sua doença não é grave e não o inabilita para o trabalho — nada que o corporativismo parlamentar não possa resolver. Assim como, algum tempo antes, resolveu manter o mandato do presidente Natan Donadon.

José Genoino seguiu o mesmo caminho já trilhado por vários parlamentares que, a ponto de serem penalizados com a cassação, safaram-se renunciando aos seus mandatos. Apesar da ficha suja que uma renúncia não limpa, mantiveram-se legalmente com seus direitos políticos incólumes (embora, no caso de Genoino, esses direitos lhe sejam tirados pela condenação judicial transitada em julgado, como prevê a Constituição). Caso célebre foi o do senador Jader Barbalho: preferiu a despedida voluntária para, poucos anos depois, ainda que a ficha se mantivesse com as mesmas manchas, ser devolvido ao Senado pela via do voto popular.

O mesmo se deu com o deputado Waldemar Costa Neto. Envolvido em 2005 nos atos de corrupção identificados pela CPI dos Correios, renunciou ao mandato e voltou na próxima eleição para, de novo, figurar na lista dos condenados pelo STF na Ação Penal 470, o processo dos mensaleiros. A moral da história é que não existe moral nem ética: fama de corrupção e condenações não têm sido suficientes para afastar da vida pública os transgressores. A saga da renúncia de José Genoino não foge à regra.

Não faz bem à democracia brasileira a leniência com que as instituições tratam seus próprios membros — salvo as exceções que, vez ou outra, realimentam a crença de que temos salvação. Uma das exceções se deu justamente com a condenação e a prisão dos mensaleiros (dentre os quais o renunciante da vez), decretadas pelo Supremo.

04 DEZ 2013

# GAZETA DO POVO

➤ TRANSPARÊNCIA

# Brasil piora em ranking sobre corrupção

País cai três posições e ocupa o 72º lugar entre 177 nações, empatando com São Tomé e Príncipe, Bósnia, Sérvia e África do Sul

■ O Brasil aparece na 72.ª colocação no ranking mundial de combate à corrupção da ONG Transparência Internacional. O país caiu três posições em relação a 2012 e permanece no grupo de alerta, formado por nações que não conseguem diminuir a percepção de corrupção.

Numa escala de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito transparente), o Brasil atingiu 42 pontos, um a menos que em 2012. Com isso, integra os dois terços entre os 177 países avaliados que não conseguem superar a faixa dos 50. O país empatou com São Tomé e Príncipe, Bósnia-Herzegovina, Sérvia e África do Sul. Na América Latina, o Brasil está atrás de Chile, Uruguai, Costa Rica e Cuba, entre outros. Entretanto, ganha de Argentina, Venezuela, Paraguai, Bolívia e Equador. No mundo, perde para nações como Croácia, Malásia, Turquia e Gana.

Dinamarca e Nova Zelândia atingiram o melhor desempenho (91 pontos), seguidos por Finlândia, Suécia e Noruega. Empataram na última colocação Somália, Coreia do Norte e Afeganistão.

O ranking da Transparência Internacional é divulgado desde 1995 e se baseia em dados levantados por 13 instituições internacionais, entre elas o Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial, o banco africano de desenvolvimento e consultorias. São avaliados, por exemplo, acesso a informação pública, regras de comportamentos de servidores, prestação de contas dos recursos e a eficácia de órgãos.

## Mudanças

A queda de três posições do Brasil acontece no ano seguinte à aplicação da Lei da Ficha Limpa, da implementação da Lei de Acesso à Informação, e durante o período de prisão dos políticos envolvidos no mensalão.

Para Alejandro Salas, diretor de América Latina da Transparência Internacional, o resultado mostra que, apesar de alguns avanços, o Brasil caminha a passos lentos. “No caso do Brasil, percebe-se que, mesmo sendo uma economia emergente, querendo se posicionar, isso não é suficiente. Os cidadãos, por exemplo, muitas vezes pedem o fim da

corrupção, mas somos os primeiros a pagar um suborno”, disse. Ele destaca que a punição dos envolvidos no mensalão é um passo importante, mas não significa que o desvio de dinheiro está no fim.

**CONTINUA**

# 04 DEZ 2013

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

#### POSIÇÕES

Confira a situação de alguns países no ranking mundial de combate à corrupção:

#### OS MAIS BEM COLOCADOS

Dinamarca  
Nova Zelândia  
Finlândia  
Suécia  
Noruega

#### OS MEDIANOS

Brasil  
São Tomé e Príncipe  
Bósnia Herzegovina  
Sérvia  
África do Sul

#### OS PIORES

Somália  
Coreia do Norte  
Afeganistão

#### Pontuação

Cada país recebe uma pontuação que vai de 0 a 100. Os países no topo da lista aparecem com 91 pontos e os que estão nas últimas posições têm oito pontos.

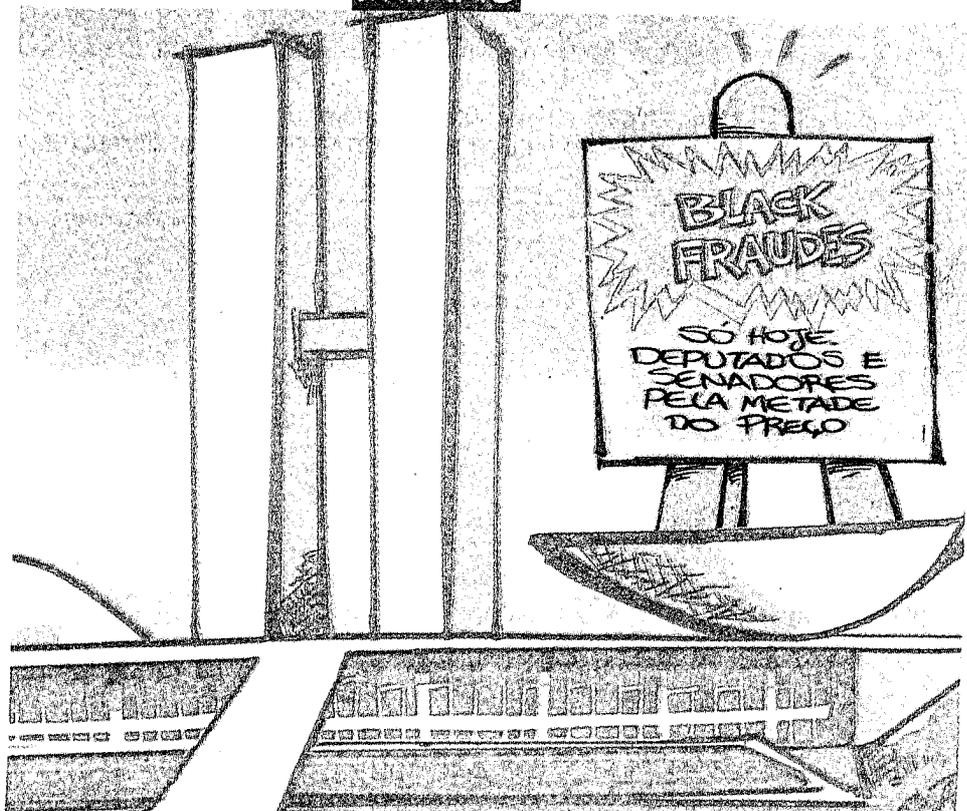
#### Metodologia

O ranking existe desde 1995 e é usado principalmente por instituições internacionais. A lista leva em conta o acesso a informação pública, prestação de contas dos recursos e eficácia de órgãos, por exemplo.

Fonte: ONG Transparência Internacional.  
Infografia: Gazeta do Povo.

04 DEZ 2013  
GAZETA DO POVO

PAIXÃO



04 DEZ 2013

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pedro  
Washington

## CONCILIAÇÃO

*O Conselho Nacional de Justiça, organismo criado para entre outras atuações, fiscalizar a própria Justiça, tem marcado presença importante em todos os estados brasileiros com medidas de alta relevância.*

## Panorama Político

### CONCILIAÇÃO

*O Conselho Nacional de Justiça, organismo criado para entre outras atuações, fiscalizar a própria Justiça, tem marcado presença importante em todos os estados brasileiros com medidas de alta relevância. Ainda recentemente ocorreram duas intervenções suas que afastaram presidentes de Tribunais de Justiça, no Paraná e na Bahia. Levando em consideração o altíssimo número de processos em julgamento que faz com que o conceito de Justiça seja prejudicado, tem realizado Semanas Nacionais de Conciliação. Como a VIII, que promove agora. A tentativa é reduzir esse estoque que atualmente ultrapassa 91 milhões de ações em todo o Brasil. Como afirma a sabedoria popular, "justiça tardia não é justiça". Assim, com esse volume quase inimaginável em tramitação, a medida tomada pelo CNJ, tem resultado em um razoável desafogo. A "conciliação", por ser um ato espontâneo, ocorre de comum acordo entre as partes. Em não havendo concordância com seu resultado, que pode ou não ter advogado acompanhando as partes, a ação seguirá os trâmites normais. Para esta Semana, no Paraná, 1.500 processos de conciliação estão agendados. Evento de importância como diz o conselheiro Emmanoel Campelo, coordenador do Comitê Gestor Nacional da Conciliação do CNJ, "para que processos sejam solucionados de maneira mais rápida, e a Justiça de fato seja feita", essa VIII Semana foi aberta segunda-feira pelo presidente do CNJ em Brasília, ministro Joaquim Barbosa. No Paraná, com a presença no presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes e as principais autoridades do setor.*

### DE VOLTA

*Se a decisão liminar que afastou Fábio Camargo do Tribunal de Contas, for mantida pelo Tribunal de Justiça paranaense, nova eleição será marcada para preenchimento da vaga. Candidato inicial da Assembleia Legislativa, Plauto Miró, tido como eleito até o surgimento da candidatura de Fábio, investigada também pelo STF por suposto tráfico de influência entre os três poderes, recolocará sua candidatura.*

04 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

# Delegado insiste que quatro rapazes mataram Tayná

## Silvan deu depoimento sobre acusação de tortura

O delegado Silvan Rodney Pereira, primeiro responsável pela investigação do Caso Tayná e que permaneceu preso por determinação do Ministério Público por mais de três meses, prestou depoimento ontem. De acordo com o advogado de Silvan, Marluz Dalledone, todos os outros investigados já foram ouvidos pelo atual delegado responsável pelo caso, e o depoimento servirá para esclarecer que os primeiros quatro suspeitos são realmente os responsáveis pela morte da menina Tayná Adriane da Silva, de 14 anos.



! Silvan deu novo depoimento do caso Tayná

“A investigação foi séria, sem falha ou tortura. A confissão é válida sim e toda prova que está sendo emitida aqui apontam para os quatro que foram presos anteriormente. Eu não tive acesso a todo o inquérito, mas um exercício de lógica nos leva a confirmação de que aquela conclusão é a correta”, garantiu.

Questionado sobre a possibilidade de um fato novo em relação ao caso aparecer, Dalledone garantiu ter a certeza de que todos os fatos que vierem a aparecer serão para confirmar a primeira investigação.

04 DEZ 2013

# TRIBUNA DO PARANÁ

**UTI**

## Justiça ouve mais oito testemunhas

Oito testemunhas de defesa da médica Virgínia Soares, acusada de antecipar mortes na UTI do Hospital Evangélico, foram ouvidas ontem à tarde no Tribunal do Júri. Cinco das 13 testemunhas foram dispensadas pela defesa. Foram ouvidos dois diretores do hospital, o atual chefe da UTI, o engenheiro do setor de equipamentos, o gerente de faturamento, um paciente, um cirurgião e um oncologista. Acompanhada de seu advogado, Elias Matar Assad, Virgínia se disse tranquila.

Quinta-feira, uma pessoa será ouvida em São Paulo. Ela seria responsável pela primeira denúncia, que motivou a investigação. Para o próximo dia 11 estão marcadas mais audiências de testemunhas de defesa do enfermeiro Claudinei Machado Nunes, um dos oito réus do processo. Já os réus devem ser ouvidos apenas no ano que vem, quando o juiz Daniel Surdi Avelar decidirá se haverá júri popular.

### THAYNÁ

O delegado Silvan Pereira foi ouvido ontem na Delegacia de Homicídios. Ele foi o primeiro que investigou o assassinato de Thayná Adriane da Silva, ocorrido em junho, em Colombo, e que apontou quatro suspeitos para o crime. A oitiva de Silvan foi por conta do homicídio em si, e não pelo caso de tortura aos quatro suspeitos do assassinato, que foi conduzida pelo Gaeco. O inquérito corre em sigilo e, por isto, o conteúdo do depoimento não foi divulgado.

## CONDENADA POR DESVIO Deborah adia pagamento

A atriz Deborah Secco entrou com recurso contra a sentença que a condenou com sua família por improbidade administrativa. O recurso foi recebido pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Alexandre de Carvalho Mesquita. A apelação ainda será julgada pela 2ª instância.

A 8.ª Câmara Cível do TJRJ rejeitou, por unanimidade de votos, um outro recurso da atriz Deborah Secco e de sua família em 19 de novembro. Na ocasião, não ficou demonstrado que os réus não teriam lastro financeiro para ressarcir os cofres públicos.

### DESVIO DE DINHEIRO

A ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público, que alegou terem sido desviados recursos públicos por meio de contratações realizadas sem licitação. De acordo com o processo, o repasse de dinheiro era feito pela Fundação Escola de Serviço Público (Fesp) para organizações não governamentais, criadas para viabilizar os desvios de verba da Fundação.

Segundo a sentença, Deborah Secco, Silvia Secco, Barbara Secco, Ricardo Fialho Secco e a Luz Produções Artísticas deverão ressarcir as quantias de R\$ 158.191, R\$ 86.500, R\$ 151.655, R\$ 44.600 e R\$ 163.700 respectivamente, correspondentes ao dano praticado por cada um ao patrimônio público. Além disso, eles foram condenados, solidariamente, a pagar R\$ 15 mil por danos morais.

**04 DEZ 2013**

## **BEMPARANÁ**

### **Juristas**

Personalidades de destaque no cenário jurídico nacional, como o procurador-geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, e o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, estarão em Curitiba nesta semana participando do Congresso Estadual do Ministério Público do Paraná, que acontece de hoje a sexta-feira, em Curitiba.

04 DEZ 2013

Caso Virgínia **BEMPARANÁ**

## Testemunhas de defesa depõem

Mais oito testemunhas de defesa da médica Virgínia Soares de Souza, acusada de acelerar a morte de pacientes em uma das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, começaram a ser ouvidas ontem. Os depoimentos das primeiras testemunhas arroladas pela defesa estava marcado para começar às 13h30 e deveriam seguir até o final da tarde no Tribunal do Júri. Foram as últimas testemunhas de defesa ouvidas.

Em setembro, 18 testemunhas de acusação selecionadas pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) começaram a ser ouvidas pela Justiça. A defesa levou suas testemunhas a partir de outubro. Ainda resta uma testemunha de acusação. Até o final do ano começam a ser ouvidas as testemunhas de defesa dos outros sete acusados no caso.

Virgínia e mais sete profissionais que atuavam com ela na UTI do Evangélico foram presos em fevereiro deste ano.

## Nada de presos políticos, eles são é políticos presos

**O** Partido dos Trabalhadores (PT) tem dado, ao longo destes seus 34 anos de existência, lições de militância e democracia interna que seriam capazes de matar de inveja seus adversários, normalmente agremiações disformes com cabeças imensas e praticamente sem pernas. Sendo assim, como manter os pés no chão, não é mesmo? É possível contestar a afirmação feita acima argumentando que os petistas traíram seus ideais pelo poder e agora fazem o diabo, no dizer da presidente Dilma Rousseff, para se manterem nele. Isso, contudo, não desmente a afirmação feita de início, comprovada na recente reeleição direta de seu presidente nacional, Rui Falcão, que reafirmou a aposta pragmática na aliança multipartidária. Esta não é apenas da cúpula, mas também da base, conforme confirmou a votação por ele recebida.

A condenação dos ex-presidentes nacionais do PT José Dirceu e José Genoino por corrupção e formação de quadrilha, todavia, está desafiando a comunhão de convicções e ideais entre a cúpula e as bases petistas, que tem sido a regra na história do partido desde sua fundação. Desde que a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) resistiu às constrangedoras pressões do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para adiar o julgamento do escândalo de corrupção na compra de apoio parlamentar para seu primeiro governo, o famigerado mensalão, a cúpula petista tem tentado evitar que esses senhores respondam perante a Justiça pelos crimes comuns que cometeram. O argumento de que

**Base petista não entra nesse papo-furado de prisão 'injusta' dos apenados do mensalão**

o processo, transmitido pela televisão, influiria negativamente nas eleições desmoronou ante a sólida sensatez da maioria do colegiado. E, depois, sob o peso dos fatos, pois não houve influência alguma da exposição das vísceras do partido no poder nas disputas eleitorais municipais do ano passado. Ao longo do julgamento, a direção do PT vendeu a fantasia do "caixa 2" e, com as condenações e depois das ordens de prisão, passou a desqualificar o STF.

Os 11 ministros reunidos passaram a representar o espírito revanchista da direita desalojada do poder pelos bravos companheiros de jornada e o Poder Judiciário teria assumido o papel de destruidor das conquistas populares obtidas nos oito anos de mandato de Lula e quase três de Dilma. Tal argumento não resiste, porém, nem aos fatos nem à lógica. Oito desses ministros foram nomeados pelos presidentes petistas. E tanto o presidente da Corte à época do julgamento, Ayres Britto, quanto o relator que foi alçado à presidência, Joaquim Barbosa, votaram no PT. O primeiro, que teve um comportamento exemplar no processo, chegou a fazer parte das bases, da aguerrida militância petista.

O coro de desmanche moral dos ministros do STF, puxado por Rui Falcão, tem encontrado eco nos diretórios regionais escolhidos no mesmo processo eleitoral. Exemplo notório disso foi o tom dos discursos de todos os oradores que prestigiaram a posse do prefeito de Maricá, Washington Quaquá,

no comando do PT no Estado do Rio. Do próprio Quaquá à representante da bancada federal fluminense do PT, Benedita da Silva, eles manifestaram irrestrita solidariedade aos companheiros apenados e presos e execraram a "injustiça" do Supremo. Dirceu, Genoino e Delúbio Soares – ex-tesoureiro do partido que lidera a aliança governista federal – foram chamados de "heróis" e "guerreiros", vítimas da direita e da grande imprensa.

Ostres se dizem "presos políticos", mas, de fato, como dizia o saudoso comentarista Joelmir Beting, não passam de "políticos presos". A diferença, que os discursos de Quaquá e Benedita não conseguem encobrir, é que a primeira denominação define condenados que ousam desafiar o poder estabelecido e a segunda, homens públicos que cumprem pena por crimes comuns, como furto e formação de bando (daí o substantivo bandido).

A lição do gênio do marketing do nazismo, Josef Goebbels, segundo a qual a insistência da propaganda pode transformar uma mentira em verdade, contudo, não parece estar surtindo efeito nessa chantagem subversiva da direção do PT contra a cúpula do Judiciário. O Datafolha divulgou – no mesmo fim de semana em que os dirigentes petistas fluminenses tentavam transformar meliantes comuns, condenados por formação de bando para desviar dinheiro público, em mártires – pesquisa que revela com clareza a discrepância entre o discurso da direção e a convicção dos militantes.

**CONTINUA**

04 DEZ 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

O Datafolha ouviu 4.557 pessoas em 194 municípios brasileiros. Entre elas, 86% acharam que o relator do mensalão e presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, agiu bem ao mandar prender os mensaleiros condenados no feriado de 15 de novembro, dia da Proclamação da República. Somente esse número já poderia bastar para a cúpula petista pensar duas vezes antes de prosseguir em sua teimosa e mendaz campanha para satanizar o Poder Judiciário, sobre cujas costas pesa a responsabilidade da manutenção de regras sem as quais a democracia, que é o império da lei, sucumbiria. O interessante nessa pesquisa é que 87% dos entrevistados que se disseram “adeptos do PT” manifestaram opinião idêntica.

Juristas de nomeada têm recorrido os dirigentes petistas na defesa da hipótese de que o presidente do STF teria mandado prender os réus cujo processo foi dado como “passado em julgado” para “se promover pessoalmente”, não tendo agido “com justiça” nem feito “o que deveria ser feito”. Entre os entrevistados, 78% discordam dessa teoria. Dos que se dizem petistas, 80% concordaram com a maioria e discordaram dos maiorais. É previsível que estes tentem desqualificar a pesquisa por ser o instituto ligado a um jornal da “grande imprensa”. Mas fariam melhor pelo PT se respeitassem a lógica, o amor à verdade e o ódio à corrupção que a população e os petistas da base dizem ter.



JORNALISTA, POETA E ESCRITOR

04 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

### **Crasso**

Fato inusitado em Indaiatuba: advogado foi preso no lugar do cliente, por causa de erro em mandado de prisão expedido pela 1ª Vara Cível. Somente após 4 horas preso, a falha foi detectada e o advogado, liberado.

### **Crasso 2**

“A classe repudia o episódio, começando pelo erro inadmissível perpetrado por um cartório. Pior: o mandado foi cumprido com truculência, mesmo diante do veemente esclarecimento do advogado”, declara **Marcos da Costa**, presidente da OAB-SP

“E o episódio se agravou com a informação, que está sendo apurada, de manifestação irônica posterior, feita em audiência, sobre o episódio, desdobrando-se em ofensas generalizadas à classe dos advogados”, conclui.

04 DEZ 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

# No País, 28 milhões convivem com usuários de drogas

Estudo realizado pela Unifesp mostra também que 58% das famílias pagam do próprio bolso pelo tratamento dos pacientes

*Lígia Formenti* / BRASÍLIA

No Brasil, 28 milhões de pessoas convivem com um dependente químico, revela pesquisa feita pela Universidade Federal de São Paulo. O estudo mostra também que mais da metade dos tratamentos ofertados para dependentes de drogas é financiada pelos próprios familiares.

O trabalho entrevistou 3.142 famílias de todo o País que tinham entre seus integrantes usuários em tratamento. Deste grupo, 58% pagavam do próprio bolso a internação dos pacientes. Os resultados são divulgados dois anos após o lançamento do programa federal Crack, é possível vencer, que se compromete, entre outras metas, justamente a garantir assistência para dependentes de drogas.

O trabalho revelou também que o impacto da terapia afetou de forma drástica ou fortemente quase metade dos entrevistados (45% deles). “Com o estudo, quisemos dar voz a essas famílias, que também sofrem com essa doença crônica, mas

estão esquecidas, sobretudo pelos serviços públicos”, afirmou o coordenador do trabalho, o psiquiatra da Unidade de Pesquisas em Álcool e Drogas, Ronaldo Laranjeira.

Dos familiares entrevistados, 50% não sabem o que são os Centros de Atendimento Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPs), unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento de dependentes químicos. E dos que conhecem, 46% nunca haviam procurado um CAPs.

“Os relatos impressionam: às vezes, familiares recorrem aos serviços, dizendo que o dependente está em casa descontrolado, ameaçando todos. A resposta que ouvem é que não há nada a ser feito, enquanto o usuário não comparecer, por conta pró-

pria, ao serviço de atendimento”, relata Laranjeira. Ele avalia que o mínimo que poderia ser feito é um serviço de aconselhamento para familiares, mesmo que por telefone. “Atualmente, o serviço se limita a dar endereços sobre postos de atendimento. Isso não resolve.”

Dos entrevistados, 58% disseram que os problemas enfrentados com familiares usuários de drogas afetaram o trabalho ou estudos. A maioria (80%) dos entrevistados era do sexo feminino, e 46,5% eram mães de usuários de drogas.

**Serviço.** O secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Miranda, afirmou que, na próxima reunião da Secretaria Nacional de Álcool e Drogas (Senad), a equipe vai propor uma revisão no atendimento por telefone. “Esse é um canal importante de aconselhamento para famílias, para dependentes. Ele deve ser melhor explorado”, afirmou. Está em curso também um trabalho para difundir os CAPs e os serviços de emergência.

---

● Vida social

47%

relataram que a vida social havia sido prejudicada por causa dos problemas do usuário.